

PROTOCOLO

Considerando que:

Os Julgados de Paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios da proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os Julgados de Paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela Mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo Julgamento pelo Juiz de Paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos Julgados de Paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a Justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Da avaliação que foi efectuada, relativamente ao funcionamento dos quatro Julgados de Paz criados, a título experimental em 2002, quer pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, órgão que funciona junto da Assembleia da República, quer pelo Ministério da Justiça, se concluiu pela validade do projecto, recomendando-se o seu desenvolvimento, através da criação de novos Julgados de Paz e pelo alargamento, por via legislativa, das inerentes competências em razão do valor e da matéria;

Os Julgados de Paz se enquadram, pelas razões assinaladas, na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de melhorar o sistema de administração da Justiça;

A iniciativa e a vontade manifestada pelas Câmaras Municipais de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende em dispor de um Julgado de Paz de Agrupamento de Concelhos.

O Ministério da Justiça, representado pelo Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Justiça, João Luís

Mota de Campos e os Municípios de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende, representados pelos Presidentes das Câmaras Municipais, respectivamente, Mário Caetano Teixeira Ferreira, Hernâni Pinto da Fonseca Almeida, João Augusto Matias Pereira, José António de Almeida Santos, José Agostinho Gomes Correia, António Manuel Leitão Borges, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente protocolo tem por objecto, regular a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz do Agrupamento dos Concelhos de Tarouca, Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende.

SEGUNDA

1 - O Julgado de Paz tem a sua sede no Concelho de Tarouca, na Avenida Restauradores do Concelho, Urbanização do Prado, Lote 1, r/c Frente.

2 – São dotados de um Posto de Atendimento:

- a) O Município de Armamar, sito na Praça da República, n.º 17, no Edifício da Câmara Municipal;
- b) O Município de Castro Daire, sito na Rua Dr. Pio Figueiredo, no Edifício da Câmara Municipal;
- c) O Município de Lamego, sito na Avenida Padre Alfredo Pinto Teixeira, no Edifício da Câmara Municipal;
- d) O Município de Moimenta da Beira, sito no Largo do Tabulado, no Edifício da Câmara Municipal;
- e) O Município de Resende, sito na Rua Rebelo Moniz, no Edifício da Câmara Municipal.

TERCEIRA

Ao Ministério da Justiça, através da Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do Julgado de Paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os Serviços de Atendimento e Apoio Administrativo do Julgado de Paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos Juizes de Paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos Mediadores que prestam serviço no Julgado de Paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos Mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;

- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do Julgado de Paz;
- h) Proceder à divulgação do Julgado de Paz.

QUARTA

Tendo em vista a instalação da sede do Julgado de Paz, compete ao Município de Tarouca:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo este espaço físico, designadamente:
 - Gabinete do Juiz de Paz;
 - Gabinete dos Mediadores;
 - Sala de Audiência de Julgamento;
 - Sala de Mediação;
 - Sala de Pré-Mediação;
 - Sala de Testemunhas;
 - Sala de Espera;
 - Sala de Apoio Administrativo;
 - Sala de Atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, por forma a dotá-las de dignidade, privacidade e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e a documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos com o abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de telefone e de fax;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, por forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias.

QUINTA

Compete aos Municípios de Armamar, Castro Daire, Lamego, Moimenta da Beira e Resende:

- a) Disponibilizar as instalações referidas na cláusula segunda, para funcionamento dos Postos de Atendimento do Julgado de Paz, compreendendo este espaço físico, uma Sala de Atendimento;

- b) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- c) Fornecer os bens consumíveis e a documentação técnica necessária;
- d) Suportar os encargos com o abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de telefone e de fax;
- e) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- f) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- g) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, por forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias.

SEXTA

Ao Agrupamento de Concelhos compete, em conjunto, apoiar a divulgação do Julgado de Paz.

SÉTIMA

1. Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento, o Julgado de Paz é dotado de:

- a) Um (1) Juiz de Paz;
- b) Os Mediadores que constam da lista a que se refere o n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho;

2. A Sede é dotada de:

- a) Um (1) elemento no Serviço de Atendimento;
- b) Um (1) elemento no Serviço de Apoio Administrativo.

3. Os Postos de Atendimento são dotados de dois elementos, sendo um para o Serviço de Atendimento e outro para o Serviço de Apoio Administrativo.

OITAVA

1 - O horário de funcionamento do Julgado de Paz é de segunda a sexta-feira, das 9.00h às 12.30h e das 13.30h às 17.30h.

2 - O horário de funcionamento da Sede do Julgado de Paz é das 9.00h às 12.30h e das 13.30h às 17.30h.

3 - Os Postos de Atendimento do Julgado de Paz têm o seguinte horário de funcionamento:

- a) No Município de Armamar, às segundas-feiras, das 9.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h;
- b) No Município de Castro Daire, às segundas-feiras, das 9.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h;
- c) No Município de Moimenta da Beira, às terças-feiras, das 9.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h;
- d) No Município de Lamego, às quintas-feiras, das 10.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h.
- e) No Município de Resende, às quartas-feiras, das 9.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.30h.

NONA

A instalação e o funcionamento do Julgado de Paz são acompanhados pelo Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz.

DÉCIMA

O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação.

DÉCIMA PRIMEIRA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do Julgado de Paz e de orientações e recomendações do Conselho de Acompanhamento, ou ainda, por imposição de alterações legislativas.

Tarouca, aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e três.

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA MINISTRA DA JUSTIÇA

João Luís Mota de Campos

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA

Mário Caetano Teixeira Ferreira

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

Hernâni Pinto da Fonseca Almeida

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

João Augusto Matias Pereira

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO

José António de Almeida Santos

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOIMENTA DA BEIRA

José Agostinho Gomes Correia

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESENDE

António Manuel Leitão Borges